

A APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

The application of the general data protection law in electronic legal proceedings

Agatha Gonçalves Santana¹
Universidade da Amazônia

Andreza Maria Nascimento²
Universidade da Amazônia

DOI: <https://doi.org/10.62140/ASAN122024>

Sumário: 1. Introdução; 2 A proteção de dados no setor público; 3 A lei geral de proteção de dados e as recomendações do CNJ para os tribunais brasileiros; 4 O controle da atuação jurisdicional mediante a Lei Geral de Proteção de Dados e o Processo Judicial Eletrônico nos Tribunais brasileiros: Uma análise geral; Considerações Finais; Referências Bibliográficas.

Resumo: Diante da urgência em compreender o contexto de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Processo Judicial Eletrônico (PJE) pelos Tribunais brasileiros, visando a concretização dos direitos fundamentais, o presente trabalho tem por objetivo principal analisar tal aplicação. O estudo abrange desde a origem da aplicação da LGPD no PJE, passando pela Lei de Acesso à Informação até as recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), incluindo a implementação do Comitê Gestor e a institucionalização da Política de Proteção de Dados Pessoais no Processo Judicial Eletrônico. A pesquisa adota uma abordagem exploratória, visando investigar a atuação judicial e a aplicação da LGPD no PJE, a partir de uma abordagem qualitativa e lógica hipotético-dedutiva dentro de um procedimento de levantamento bibliográfico e documental. Destacou-se a necessidade de compreensão de como se dá essa aplicação no PJE pelos tribunais, reconhecendo a prevalência do princípio da proteção de dados sobre o da publicidade a partir de um juízo de ponderação. Observou-se que a aplicação não pode ocorrer de maneira genérica, comprometendo a efetividade da LGPD no que diz respeito à privacidade. Portanto, sugere-se a implementação de um manual de rotinas, juntamente com uma estrutura de governança, para promover a integração e proteção dos dados de forma mais eficaz.

Palavras-chave: LGPD; Processo Judicial Eletrônico; Direito à privacidade; Publicidade.

Abstract: Given the urgency of understanding the context of the application of the General Data Protection Law (LGPD) in the Electronic Judicial Process (PJE) by the Brazilian

¹Mestre e Doutora em Direitos Humanos e Relações Privadas pela Universidade Federal do Pará, professora titular da Universidade da Amazônia, professora do PPGDF UNAMA / Mestrado em Direitos Fundamentais. Pesquisadora. Advogada, associada ao IBDP- Instituto Brasileiro de Direito Processual, membro a convite do IBERC- Instituto brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil. Membro da ANNEP – Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo. Líder do grupo de Ensino e Pesquisa acerca das Teorias Gerais do Processo - CNPq. Membro suplente do Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda – UNAMA/Ser. Email: agathadcpc@yahoo.com.br

²Mestre em Direito pelo PPGDF UNAMA / Mestrado em Direitos Fundamentais. Professora da Universidade da Amazônia. Advogada. Pesquisadora.

Courts, with a view to the realization of fundamental rights, the main objective of this work is to analyze this application. The study ranges from the origin of the application of the LGPD in the EOJ, through the Access to Information Law to the recommendations of the National Council of Justice (CNJ), including the implementation of the Management Committee and the institutionalization of the Personal Data Protection Policy in the Electronic Judicial Process. The research adopts an exploratory approach, aiming to investigate judicial action and the application of the LGPD in the EOJ, based on a qualitative approach and hypothetical-deductive logic within a bibliographic and documentary survey procedure. It highlighted the need to understand how the courts apply the LGPD in the EOJ, recognizing the prevalence of the principle of data protection over that of publicity, based on a weighing-up process. It was observed that the application cannot occur in a generic manner, compromising the effectiveness of the LGPD with regard to privacy. It is therefore suggested that a routines manual be implemented, along with a governance structure, to promote data integration and protection more effectively.

Keywords: LGPD; Electronic Judicial Process; Right to privacy; Publicity.

1. Introdução

A preocupação internacional sobre proteção de dados representou uma mudança paradigmática na sociedade contemporânea, especialmente em uma era de informação em que os dados são ativos valiosos tanto para entidades públicas quanto privadas. Esta transformação é decorrente do advento da "galáxia da internet"³, que inaugurou uma dinâmica social totalmente nova, moldando uma sociedade em rede que redefine processos de produção, experiência, poder e cultura⁴.

Além disso, autores como Giddens⁵ alertam para a vigilância constante sobre os dados nas redes de computadores, destacando a preocupação com a privacidade e segurança das informações pessoais. A transição para o Processo Eletrônico, utilizando a rede mundial de computadores, revolucionou os sistemas judiciais, como exemplificado pela Lei federal nº 11.419 de 2006⁶, que iniciou a informatização do processo judicial brasileiro.

A crescente preocupação com a proteção de dados sensíveis levou à promulgação de leis específicas, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei federal nº 13.709/2018⁷, que impacta diretamente o funcionamento do Processo Judicial Eletrônico. Desta forma, este estudo se propõe a analisar como implementação da LGPD dentro do serviço público judicial, focando na virtualização do Processo Judicial.

³CASTELLS, Manuel. *The internet galaxy: reflexions on the internet, business, and Society*. Oxford University Press, 2001.

⁴CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. 2ed. Oxford / West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

⁵GIDDENS, Anthony. *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Policy Press, 1987.

⁶BRASIL. *Lei federal n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006*. Brasília: Presidência da República, 2006. Publicado no D.O.U de 20.12.2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htmAcesso em abr. 2024.

⁷BRASIL. *Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados. Diário Oficial da União, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htmAcesso em abr. 2024.

O vazamento de dados pessoais tem gerado demandas por reparação material e moral, destacando a importância da segurança e transparência no tratamento de informações pessoais.

Objetiva-se analisar a aplicação da LGPD no Processo Judicial Eletrônico, identificando as diretrizes utilizadas pelos Tribunais, avaliando a aplicação dos princípios da LGPD e sua efetivação nos processos judiciais eletrônicos, objetivando-se também contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a proteção da privacidade e segurança dos dados pessoais no contexto do PJE, garantindo a efetivação dos direitos fundamentais previstos na LGPD.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a legislação de proteção de dados influencia a atuação judicial e a garantia dos direitos fundamentais. Embora a pandemia tenha acelerado o uso da tecnologia, muitas vezes essa integração ocorreu de forma precipitada, sem considerar os impactos na privacidade e segurança dos dados. Por isso, é fundamental uma abordagem crítica e reflexiva sobre o papel da tecnologia na sociedade.

A LGPD se insere em um contexto global de preocupação com a proteção de dados pessoais, influenciando diretamente a legislação brasileira e seu impacto na garantia dos direitos fundamentais. O Marco Civil da Internet, por exemplo, estabeleceu os princípios e direitos para o uso da internet no Brasil, enquanto a LGPD vai além, regulamentando o armazenamento, compartilhamento e coleta de dados pessoais.

A pesquisa adota uma abordagem dedutiva e predominantemente qualitativa, explorando o conhecimento da aplicação da LGPD no âmbito do Processo Judicial Eletrônico. Procedimentalmente, foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais, aplicando-se uma lógica hipotético-dedutiva.

2. A proteção de dados no setor público

As transformações na sociedade contemporânea têm promovido a formulação de um novo paradigma sobre questões de Estado, impulsionado pela tecnologia, que consolida as diretrizes de um governo eletrônico e demanda uma completa reengenharia dos modelos de governança, exigindo uma mudança em sua essência⁸.

A *internet* foi concebida como um espaço de troca de informações igualitário e concomitantemente incontrolável sobre o volume de dados, cada vez mais vulnerável a ataques cibernéticos e à proteção inadequada da privacidade e dos dados pessoais,

⁸FALEIROS JUNIOR, José Luiz Moura. Administração Pública Digital. Indaiatuba: Foco, 2020, p. 252-253.

necessitando-se proteger o indivíduo contra possíveis abusos de poder, muitas vezes sob o controle do Estado⁹.

Nesse contexto, novos significados são atribuídos ao conceito de privacidade, tradicionalmente vinculados às bases do direito privado. No entanto, uma Administração Pública verdadeiramente democrática não pode prescindir da divulgação transparente de suas ações e omissões na gestão cotidiana do aparato estatal, demandando a definição de mecanismos de fiscalização e controle públicos.

Por outro lado, a Lei federal nº 12.527/2011¹⁰ buscou regular o acesso às informações públicas, representando um marco significativo nesse processo, estabelecendo mecanismos que permitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem a necessidade de apresentar justificativa, solicitar e receber informações públicas, acerca de seus próprios interesses, de órgãos e entidades governamentais.

É crucial destacar a aplicação das práticas de tratamento de dados no âmbito do setor público. Nos diversos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como no âmbito dos entes federativos, há a utilização dos dados pessoais dos cidadãos, não apenas para a formulação e implementação de políticas públicas, mas também para a prestação de uma ampla gama de serviços. Um dos principais pontos de atenção é identificar a base legal aplicável ao tratamento de dados pessoais, necessariamente atrelando-o ao seu necessário consentimento por seu titular, na conformidade do art. 5º da LGPD, como “uma manifestação livre, informada e inequívoca na qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade específica”¹¹.

Ademais, quanto aos dados sensíveis, o consentimento deve ser concedido "de forma específica e destacada, para finalidades específicas", conforme o art. 11, I, da LGPD¹², sendo proibida a autorização implícita e para propósitos genéricos. Desta forma, o consentimento representa uma escolha entre permitir ou recusar o tratamento dos dados pessoais, podendo o titular revogá-lo a qualquer momento.

Diante dessas considerações, em muitas circunstâncias, o consentimento pode não ser a base legal mais apropriada para o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público, especialmente quando o tratamento é necessário para o cumprimento de obrigações legais e atribuições estatais. Nestes casos, o órgão ou entidade exerce prerrogativas inerentes à sua

⁹FALEIROS JUNIOR, 2020, p. 283.

¹⁰BRASIL. *Lei federal n. 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Brasília: Presidência da República, 2011. Publicado no D.O.U. de 18.11.2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htmAcesso em abr. 2024.

¹¹ BRASIL, 2018.

¹² BRASIL, 2018.

função, as quais poderão indiretamente se sobrepor aos direitos dos titulares, que muitas vezes não possuem condições de expressar livremente sua vontade quanto ao uso de seus dados pessoais, face a atual situação em que se encontram determinados serviços públicos, causando inevitavelmente conflitos normativos.

Desta forma, a base legal do legítimo interesse permite o tratamento de dados pessoais não sensíveis quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, "exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais", conforme o art. 7º, IX também da LGPD. Por ser flexível, sua adoção requer uma avaliação que demonstre a proporcionalidade entre os interesses do controlador ou terceiros para a utilização dos dados pessoais e os direitos e expectativas legítimas do titular, destacando-se ainda que, de acordo com o segundo parágrafo do art. 18, do mesmo diploma legal, o titular tem o direito de se opor ao tratamento realizado com base no legítimo interesse, caso os requisitos estabelecidos na lei não sejam cumpridos.¹³

Por outro lado, muitos conceitos ainda se encontram obscuros, deixando margem para a subjetividade, flexibilidade e pessoalidade de cada gestão, escapando aos almejos de uma efetiva governança, devendo-se pensar acerca da ponderação entre a publicidade e o direito à intimidade e privacidade de dados de cada cidadão, reflexos de seus dados pessoais.

3. A lei geral de proteção de dados e as recomendações do CNJ para os tribunais brasileiros

Como abordado, a questão tecnológica frequentemente coloca o indivíduo diante do dilema de sacrificar parte de sua privacidade em troca de serviços desejados ou mesmo necessários para o exercício de direitos básicos. No entanto, os direitos fundamentais têm o potencial de limitar o poder privado, impedindo violações aos direitos humanos e evitando a desigualdade¹⁴. Não obstante, no que tange especificamente sobre o uso de serviços públicos digitais, parece se afastar de sua finalidade primordial que seria a defesa contra abusos do poder público.

A introdução do processo eletrônico no cenário jurídico brasileiro através da Lei n.º 11.419/06¹⁵ promoveu uma mudança significativa na rotina dos profissionais do Direito,

¹³ BRASIL, 2018

¹⁴SANTANA, Agatha Gonçalves. *A tutela dos direitos fundamentais como limite ao poder privado*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2009. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6750/1/Dissertacao_TutelaDireitosFundamentais.pdf Acesso em fev. 2024.

¹⁵ BRASIL, 2016.

implementando uma dinâmica totalmente distinta da do processo físico, sendo um tema de extrema relevância na realidade do Poder Judiciário do país, envolvendo todos os sujeitos processuais, demandando adaptações por parte de todos os envolvidos.

Assim, a disponibilidade da privacidade humana sobre o uso de seus dados pessoais só pode ser afirmada mediante o uso de instrumentos de segurança que garantam uma paridade de direitos e garantias, tanto no âmbito público quanto privado, e, tendo em vista essa ocasião, houve de fato tentativas, ainda que não totalmente satisfatórias, de normatização para estabelecer recomendações a serem obrigatoriamente seguidas para assegurar os direitos fundamentais da pessoa humana.

Nesse contexto, o Poder Judiciário gerencia e armazena dados pessoais, sendo sua responsabilidade adotar as recomendações necessárias para se adequar às exigências da norma, visando garantir a proteção adequada dos dados pessoais dos cidadãos e preservar seus direitos fundamentais no ambiente digital.

A criação do CNJ representou uma mudança significativa para o Judiciário, especialmente no que tange respeito à coleta e tabulação de dados e procedimentos, que anteriormente careciam de um padrão nacional. Com a existência desse órgão, tornou-se possível desenvolver uma literatura sobre a eficiência do sistema judiciário, indo além da mera especulação e possibilitando sua quantificação. No contexto da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sua abrangência se estende a todas as relações jurídicas civis que envolvam dados pessoais. Nesse sentido, o CNJ assumiu o papel de acompanhar e superar os desafios aparentes para a efetivação desse novo instrumento normativo.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na tentativa de adequar o Poder Judiciário à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), elaborou a Recomendação CNJ n. 73/2020¹⁶ e a Resolução CNJ n. 363/2021¹⁷, estabelecendo diretrizes para os tribunais sobre o assunto.

O plano de ação proposto pela Recomendação CNJ n. 73/2020 inclui tópicos como organização e comunicação, direitos do titular, gestão de consentimento, retenção de dados, contratos e plano de respostas a incidentes de segurança. Além disso, a recomendação exige que os tribunais disponibilizem informações básicas sobre a LGPD em seus sites, incluindo requisitos para o tratamento legítimo de dados e formulários para exercício de direitos dos titulares. Outra exigência é a elaboração e publicação ostensiva da política de privacidade para navegação nos sites dos tribunais, conforme previsto no artigo 7º, VIII, do Marco Civil

¹⁶CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Recomendação nº 73 de 20/08/2020*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432> Acesso em abr. 2024.

¹⁷CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 363 de 12.01.2021*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3668> Acesso e abr. 2024.

da *Internet*¹⁸, bem como registros de tratamentos de dados pessoais contendo informações detalhadas sobre a finalidade do tratamento, base legal, categorias de dados, destinatários, transferência internacional, prazo de conservação, medidas de segurança e política de segurança da informação. Essas medidas visam garantir a transparência e proteção dos dados pessoais tratados pelos tribunais.

A Resolução CNJ n. 363/2021 estabelece medidas para a adequação dos tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Em seu artigo 1º, I, a resolução prevê a criação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD), encarregado de implementar a LGPD no tratamento de dados pessoais, tanto em meios digitais quanto físicos, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de privacidade, liberdade e desenvolvimento pessoal.

A composição do Comitê deve ser multidisciplinar e incluir a capacitação dos membros sobre a LGPD e normas relacionadas, podendo ser realizada pelas escolas judiciais. Dada a similaridade com o Comitê Gestor Institucional (CGI/CJF) já existente, a Secretaria de Estratégia e Governança (SEG) do Conselho sugeriu revisões no artigo 8º da Resolução CJF n. 668/2020, propondo a inclusão de três incisos para ampliar as atribuições do CGI/CJF.

Destaca-se que, acerca dos dados fornecidos ao Poder Judiciário por meio dos processos judiciais, surge um obstáculo à proteção desses mesmos dados devido ao princípio da publicidade dos atos processuais consagrado em nosso ordenamento jurídico, prevista no artigo 93, IX e X, da CRFB/1988¹⁹, e no artigo 189 do vigente Código de Processo Civil – Lei federal n. 13.105/2015²⁰, sendo que, regra geral, tais atos processuais estão disponíveis para consulta tanto pelas partes envolvidas quanto por qualquer pessoa interessada.

Portanto, é uma discussão inevitável acerca da compatibilidade da ampla publicidade dos processos eletrônicos com a LGPD, já que os processos judiciais estão repletos de dados pessoais, presentes tanto nos dados básicos processuais disponíveis para consulta livre na internet quanto nos autos eletrônicos, de acesso mais restrito, como no caso nos documentos de identidade e endereço das partes.

¹⁸ BRASIL. *Lei federal n. 12.965, de 23 de abril de 2014*. Marco Civil da Internet. Brasília: Presidência da República, 2014. Publicado no D.O.U. de 24.04.2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm Acesso em abr. 2024.

¹⁹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em abr. 2024.

²⁰ BRASIL. *Lei federal n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em abr. 2024.

4. O controle da atuação jurisdicional mediante a Lei Geral de Proteção de Dados e o Processo Judicial Eletrônico nos Tribunais brasileiros: Uma análise geral

Diante do exposto, resta claro que os tribunais ao implementarem o processo judicial eletrônico e a política de proteção de dados, deve buscar seguir em todos os detalhes as recomendações do Conselho Nacional de Justiça. No entanto, algumas lacunas ainda precisam ser sanadas, especialmente no que tange ao consentimento de todas as pessoas cujos dados pessoais são inseridos no sistema, e não somente em relação aos advogados que utilizam o sistema como instrumento de trabalho, sendo que até mesmo para esses deverá ser deixado bem claro, o que dificulta a efetivação de um dos pilares fundamentais: a proteção dos dados pessoais.

Por isso, mostra-se importante a implementação de um manual de rotinas, o qual deve incluir dentro do Portal dos Usuários que permitam aos mesmos consultarem os dados que o Tribunal possui sobre eles, bem como ter plena e total ciência do direcionamento desses dados. Este portal deve conter a opção de consentimento para o uso de seus dados em sistemas, serviços e algoritmos judiciais, incluindo a utilização ou não inteligência artificial, de maneira bem clara. É essencial buscar o conhecimento, bem como o consentimento dos envolvidos, e o portal do usuário pode ser um meio eficaz para isso.

Esse manual auxiliaria a implementação de uma governança sobre o PJE, não se restringindo a aspectos gerenciais e administrativos. Assim, o termo “governança” se refere aos padrões de coordenação e colaboração entre diversos atores sociais, políticos e institucionais que regulam e coordenam transações em diversos âmbitos, tanto dentro quanto além das fronteiras do sistema econômico. Isso inclui não apenas os métodos tradicionais de agregação de interesses, como partidos políticos e grupos de pressão, mas também redes sociais informais, hierarquias e associações de diferentes naturezas²¹.

A governança opera em uma escala ampla, abrangendo toda a sociedade, e, nesse contexto, o manual de rotinas desempenha o papel de articular todo esse processo e estabelecer uma governança eficaz dentro do modelo processual atual²².

Outro aspecto importante desse manual de rotinas seria informar de forma transparente os usuários sobre o uso de seus dados. Atualmente, de uma análise superficial

²¹SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, Governança e capacidade governativa*. Brasília: ENAP, 2001. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/819/1/11texto.pdf> Acesso em abr. 2024, p. 09.

²²CABRAL, Antônio do Passo. Processo e tecnologia: novas tendências. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, n° 85, jul./set. 2022, p. 37. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8225497/mod_resource/content/1/Antonio_do_Passo_Cabral_RMP85%20%281%29.pdf Acesso em abr. 2024.

das plataformas, o Poder Judiciário não parece fornecer informações transparentes sobre como os dados são utilizados e protegidos. O sistema *push* do Poder Judiciário pode ser uma ferramenta útil para isso, podendo ser utilizado para notificar os usuários sobre o vazamento de dados e as medidas de remediação tomadas.

Além disso, é essencial implementar a governança no PJE, incluindo um inventário dos conjuntos de dados com dados pessoais tratados pelo Tribunal. Esse inventário deve mapear informações como razão, controlador, operador, transferências, compartilhamentos, bases legais e medidas de acesso, garantindo a conformidade com a LGPD. A governança não se restringe apenas aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, mas envolve a coordenação e regulamentação de transações em toda a sociedade.

No que se refere ao compartilhamento de dados, é crucial estabelecer no manual de rotinas que sempre que os dados pessoais forem compartilhados para estudos, isso seja registrado, incluindo informações sobre o responsável pela entrega e recepção da informação, para fins de governança e auditoria.

Quanto aos contratos, o PJE deve manter contratos de conformidade com a LGPD com todos os envolvidos no tratamento de dados pessoais, visando manter a cadeia de conformidade. Além disso, os sistemas de gestão de riscos dos tribunais devem ser adaptados para lidar com os riscos à privacidade e proteção de dados provenientes da LGPD. Todos os dados correntes, backups e restaurações do PJE e outros sistemas com dados sensíveis devem ser criptografados e protegidos contra ataques cibernéticos.

5. Considerações finais

Na primeira seção, realizou-se uma revisão da literatura sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua aplicação no setor público, com foco na Lei de Acesso à Informação, que visa garantir o acesso às informações pessoais para seus respectivos e legítimos interessados, um direito assegurado pela CRFB/1988, que permite que qualquer pessoa obtenha suas informações dos órgãos públicos.

A segunda seção abordou a relação entre a LGPD e o Processo Judicial Eletrônico (PJE) e as recomendações e resoluções do CNJ, contextualizando a criação do PJE e destacando o avanço tecnológico e, com essa crescente utilização das novas tecnologias, o direito processual precisou se tornar mais eficiente, visando garantir o acesso à justiça e o controle da atuação jurisdicional, ao mesmo tempo em que deve sempre estar de acordo com os princípios da LGPD.

O Poder Judiciário, nesse sentido, desempenha um papel crucial nessa gestão de informações, envolvendo necessariamente técnicas de administração de recursos para garantia desse direito, considerando as referidas recomendações e resoluções do CNJ, não obstante ainda que de modo superficial e com a necessidade de contínuo aperfeiçoamento e adequação à uma interpretação sistemática e em respeito à unidade do ordenamento jurídico, tal como debatido por Bobbio (1999, p. 71).

A terceira seção analisou a aplicação da LGPD no PJE pelos tribunais no Brasil de um modo mais geral, os quais deveriam implementar tais diretrizes como uma ferramenta para concretizar os direitos fundamentais nos processos, preservando a intimidade e privacidade dos envolvidos.

Pelo exposto, para atingir os objetivos do presente, foram identificadas as diretrizes utilizadas para aplicação da LGPD no PJE, incluindo recomendações do CNJ e legislações pertinentes, como a Lei de Acesso à Informação e o Marco Civil da Internet. No entanto, verificou-se que a aplicação dos princípios da LGPD no PJE ainda é genérica, comprometendo sua efetividade, pondo em risco os direitos dos sujeitos do processo, uma vez que a dinâmica do processo eletrônica é totalmente distinta da dinâmica de um processo físico.

Assim, resta sugerida a adoção de um manual de rotinas a serem aplicadas pelos tribunais para proteção dos dados sensíveis e garantia a privacidade dos dados, mantendo os dados pessoais em sigilo quando necessário, através de técnicas de anonimização de dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. 10. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília / UNB, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em abr. 2024.

BRASIL. *Lei federal n. 11.419 de 19 de dezembro de 2006*. Brasília: Presidência da República, 2006. Publicado no D.O.U de 20.12.2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm Acesso em abr. 2024.

BRASIL. *Lei federal n. 12.527 de 18 de novembro de 2011*. Brasília: Presidência da República, 2011. Publicado no D.O.U. de 18.11.2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em abr. 2024.

BRASIL. *Lei federal n. 13.105, de 16 de março de 2015*. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm Acesso em abr. 2024

BRASIL. *Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados. Diário Oficial da União, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htmAcesso em abr. 2024.

CABRAL, Antônio do Passo. Processo e tecnologia: novas tendências. *Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro*, nº 85, jul./set. 2022, p. 37. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8225497/mod_resource/content/1/Antonio_do_Passo_Cabral_RMP85%20%281%29.pdfAcesso em abr. 2024.

CASTELLS, Manuel. *The internet galaxy: reflexions on the internet, business, and Society*. Oxford University Press, 2001.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. 2ed. Oxford / West Sussex: Willey-Blackwell, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Recomendação nº 73 de 20/08/2020*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3432>Acesso em abr. 2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 363 de 12.01.2021*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3668>Acesso e abr. 2024.

FALEIROS JUNIOR, José Luiz Moura. *Administração Pública Digital*. Indaiatuba: Foco, 2020.

GIDDENS, Anthony. *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Policy Press, 1987.

SANTANA, Agatha Gonçalves. *A tutela dos direitos fundamentais como limite ao poder privado*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2009. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6750/1/Dissertacao_TutelaDireitosFundamentais.pdfAcesso em fev. 2024.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, Governança e capacidade governativa*. Brasília: ENAP, 2001. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/819/1/11texto.pdf>Acesso em abr. 2024.